



1º Simulado Preparatório Gratuito Concurso da Assembleia Legislativa do Ceará

Cargo: Técnico Legislativo

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5h
- ✓ Banca Organizadora: Cebraspe
- ✓ Número de Questões: 70 + Proposta de Redação
- ✓ Modalidade: Múltipla-Escolha

Conteúdo / N° de Questões

- Língua Portuguesa – 05
- Noções de Informática – 05
- Legislação de Interesse Institucional – 05
- Raciocínio Lógico, Quantitativo e Analítico – 05
- Noções de Administração Pública – 10
- Noções de Direito Administrativo – 15
- Noções de Direito Constitucional – 15
- Noções de Orçamento Público – 10

Importante

1. Curta nossas páginas:  
2. Este simulado é gratuito – compartilhe com seus amigos!
3. Caso tenha dúvidas ou sugestões, entre em contato conosco.
4. Tenha uma ótima preparação – Estamos torcendo por você!

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

01. Assinale a alternativa cuja palavra apresenta a mesma regra de acentuação gráfica da palavra “médico”.

- A Automedicação.
- B Estetoscópio.
- C Alívio.
- D Súbita.
- E Remédios.

02. Assinale a alternativa na qual a palavra em destaque foi corretamente empregada.

- A Antes de comprar o quadro, você deve aferrir a sua qualidade.
- B Todos agiram com descrição, pois o caso pedia sigilo
- C Todos os esforços são para impedir este carro de emergir ainda mais para o fundo do mar.
- D Todo o regimento comprimetou o futuro comandante.
- E O noivo retificou o pedido de casamento com um anel.

03. Assinale a alternativa que represente utilização do verbo haver em norma-padrão sobre teoria de concordância verbal:

- A Haviām promessas que não foram cumpridas.
- B Devem haver o compromisso de fidelidade e de lealdade um para com o outro no par.
- C Háś tristezas a superar após o término.
- D Deve haver concessões entre os participantes de uma relação
- E Houveram sentimentos complexos e ambíguos entre os casais.

Texto I (Questão 04)

Evitando tragédias

Em muitos casos, as tragédias, embora aparentemente naturais, são consequências da ação humana. Jogar lixo em encostas, ruas e rios, construir às margens de rios e pés de morro sem o licenciamento ambiental e modificações inadequadas são ações que fatalmente concorrem para a ocorrência de catástrofes. A educação ambiental e o cuidado cotidiano com a nossa cidade, a nossa rua e a nossa moradia fazem parte de um exercício de cidadania que não depende de governo nem de

governante. Quando ajudamos, fazendo a nossa parte, certamente minimizamos os impactos sobre a natureza e, conseqüentemente, sobre nós mesmos e todos os que nos cercam. O público não é responsabilidade do outro, é nossa. Zelemos por ele.

(Disponível em: <http://www.vernke.com.br/>)

04. Após a leitura do texto, conclui-se que

- A as tragédias ocorrem porque cada ser humano faz sua parte como cidadão.
- B todos os anos, acontecem catástrofes decorrentes da imprudência do ser humano.
- C as catástrofes são sempre fenômenos naturais.
- D cada um deve zelar pelo que é de todos.
- E o governo é o único responsável por tudo aquilo que é público.

05. Assinale a alternativa que, obrigatoriamente, deve ser relacionada à correspondência oficial.

- A Cacofonia
- B Dramaticidade
- C Impessoalidade
- D Coloquialidade
- E Linguagem metafórica

Noções de Informática

06. A criação de um protocolo de uso universal, viabilizou a internet e universalizou a comunicação entre computadores . Esse protocolo é chamado:

- A VPN
- B TCP/IP
- C Super VGA
- D USB
- E Smart Protocol

07. Assinale a alternativa correta quanto ao conceito de intranet.

- A rede de propaganda de uma empresa
- B sinônimo de internet
- C rede de telecom
- D rede pública
- E rede de uso interno de uma instituição

08. Se um usuário do MS Word 2013, em português, que está editando um texto, digitar as teclas de atalho CTRL+P, significa que ele deseja:

- A copiar o texto para utilizar em outro arquivo.

- B salvar o texto em um arquivo.
- C inserir um tabela no texto.
- D abrir um novo texto.
- E imprimir o texto.

09. Considere a planilha abaixo elaborada no Excel do Microsoft Office 2013:

	A	B	C
1	Valor	Taxa Juros %	Valor Final
2	R\$ 15,00	2,50%	R\$ 15,38
3	R\$ 38,00	1,25%	R\$ 38,48
4	R\$ 43,00	3,00%	R\$?

Na célula C2 foi escrita a fórmula =A2*B2+A2. Após marcar a célula C2 e arrastá-la na vertical até a célula C4 pela alça de preenchimento, a fórmula e o resultado na célula C4 serão, respectivamente,

- A =A4*B4+C4 e R\$ 45,58.
- B =C4*B4+C4 e R\$ 45,62.
- C =A4*B4+A4 e R\$ 44,29.
- D =C4*B4+A4 e R\$ 44,33.
- E =B4*B4+C4 e R\$ 44,29.

10. Um computador foi invadido por um software que se infiltrou de forma ilícita com o intuito de causar alguns danos, alterações ou roubo de informações nesse computador. Esse tipo de software também é conhecido como:

- A malware.
- B peopleware.
- C cookie.
- D fimware.
- E midlle.

Legislação de Interesse Institucional

11. A respeito dos Princípios Fundamentais da Constituição do Estado do Ceará, é correto afirmar que

- A são Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- B o povo é a fonte única de legitimidade do poder, e o exerce unicamente por meio de seus representantes

eleitos, na forma estabelecida na Constituição da República e na Constituição do Estado do Ceará.

C o Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa e pelo Senado Estadual.

D o território cearense, para os fins das políticas governamentais de estímulo e desenvolvimento, será constituído por conformações regionais resultantes da aglutinação de municípios limítrofes, com base nas suas peculiaridades fisiográficas, socioambientais, socioespaciais, socioeconômicas e socioculturais para fins de planejamento e gestão das ações do governo.

E com o objetivo de buscar o desenvolvimento e integração regional sustentável, o crescimento econômico com distribuição de renda e riqueza e a conquista de uma sociedade justa e solidária, poderão ser criadas as seguintes conformações regionais: as regiões metropolitanas, as microrregiões e as conurbações urbanas.

12. Pela legislação estadual do Ceará, a penalidade aplicada ao funcionário que, em caráter primário, tenha cometido falta leve, não punível, por lei, com outro tipo de sanção, denomina-se:

- A multa
- B advertência
- C suspensão
- D repreensão
- E cassação

13. O período inicial do funcionário, no serviço público, no qual ele é testado para se verificar sua adaptação ao trabalho, denomina-se:

- A estágio probatório
- B fase de adaptação
- C posse
- D investidura
- E nomeação

14. A Assembleia Legislativa tem sede na Capital do Estado do Ceará e recinto normal de seus trabalhos no Palácio Adauto Bezerra. Em casos especiais, e por deliberação de ____ de seus membros, a Assembleia poderá funcionar, excepcionalmente, fora de sua sede. Qual alternativa completa corretamente a lacuna acima?

- A 1/3
- B 2/5
- C 2/3
- D 4/5
- E 1/2

15. De acordo com a Resolução nº 389/1996, as Sessões Preparatórias serão realizadas para:

- I. posse dos Deputados;**
- II. eleição da Mesa Diretora;**
- III. instalação da Legislatura.**

Quais assertivas estão corretas?

- A I e II, apenas.
- B I, apenas.
- C II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III.

Raciocínio Lógico, Quantitativo e Analítico

16. Em um determinado grupo de pessoas,

- I. todas as pessoas que praticam futebol também praticam natação,**
- II. algumas pessoas que praticam tênis também praticam futebol,**
- III. algumas pessoas que praticam tênis não praticam natação.**

É CORRETO afirmar que no grupo

- A todas as pessoas que praticam natação também praticam tênis.
- B todas as pessoas que praticam futebol também praticam tênis.
- C algumas pessoas que praticam natação não praticam futebol.
- D algumas pessoas que praticam natação não praticam tênis.
- E algumas pessoas que praticam tênis não praticam futebol.

17. Se “todo engenheiro é bom em matemática” e “algum engenheiro é físico”, conclui-se corretamente que

- A todo físico é bom em matemática.
- B certos bons em matemática não são físicos.
- C existem bons em matemática que são físicos.
- D certos físicos não são bons em matemática.
- E não há engenheiros que sejam físicos.

18. Se for mantida (a partir do terceiro termo) a lei de formação da sequência (1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, __, ...), o número que ocupa o espaço vazio é

- A 47.
- B 55.
- C 58.
- D 63.
- E 110.

19. Ao se jogar simultaneamente dois dados, a chance de se obter um cinco e um seis é de

- A 1/36.
- B 1/18.
- C 1/12.
- D 1/8.
- E 1/6.

20. Uma empresa quer selecionar dentre os 12 executivos, 3 para a diretoria geral, sabendo que 5 desses executivos são do sexo masculino. Se a diretoria for composta por pessoas de sexos diferentes, então o maior número possível de maneiras distintas de se formar esta diretoria é:

- A 175.
- B 180.
- C 105.
- D 70.
- E 75.

Noções de Administração Pública

21. Entre as características próprias do modelo de Administração Pública patrimonialista destaca-se

- A disseminação de práticas como clientelismo e nepotismo.
- B nítida separação entre patrimônio público e o dos governantes.
- C departamentalização da Administração e especialização técnica dos funcionários.
- D ausência de controles formais e ênfase no controle de resultados.
- E foco na preservação do patrimônio público com ênfase na meritocracia.

22. Assinale a alternativa que apresenta o conceito básico de administração que é um sistema humano, social e cultural que, através da cooperação, recursos, normas estabelecidas e divisão de tarefas, realiza atividades com o objetivo de alcançar objetivos comuns ou compartilhados.

- A Gerenciamento.
- B Administração.

- C Organização.
- D Estruturação.
- E Coordenação.

23. Aponte a opção que NÃO apresenta uma característica do modelo burocrático:

- A Especialização na administração.
- B Rotinas e procedimentos padronizados.
- C Categorização como base do processo decisório.
- D Completa previsibilidade do funcionamento.
- E Competência técnica e meritocracia.

24. A _____ remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (sociedade como um todo ou a própria administração). Estamos falando de:

- A Efetividade.
- B Governança.
- C Fixação de Despesas.
- D Contraprestação Direta.
- E Accountability.

25. Os diferentes modelos de estrutura organizacional podem influenciar a distribuição das autoridades entre os diferentes níveis hierárquicos. Qual é a principal vantagem da estrutura linear?

- A Assessoramento.
- B Staff.
- C Aconselhamento especializado.
- D Distribuição clara e simples de autoridade.
- E Usurpação da autoridade do gerente.

26. A respeito do planejamento na administração pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. O planejamento deve ser parte integrante da administração pública e estar presente em todos os níveis e setores de atividade.
- II. O planejamento deve ser rígido para atender às contingências, garantindo a continuidade dos empreendimentos.
- III. Como trata do futuro, o planejamento não implica a fixação de prazos determinados para realização de objetivos.

Assinale

- A se somente a afirmativa I estiver correta.
- B se somente a afirmativa II estiver correta.

- C se nenhuma afirmativa estiver correta.
- D se somente a afirmativa III estiver correta.
- E se todas as afirmativas estiverem corretas.

27. Dentre as desvantagens do elevado grau de centralização de autoridade está a

- A dependência da hierarquia para tomada de decisões.
- B existência de decisões mais alinhadas aos objetivos empresariais.
- C facilidade de controle.
- D padronização de procedimentos.
- E rapidez na comunicação vertical.

28. Com relação à gestão de suprimentos e logística na administração pública, assinale a opção correta.

- A Um sistema logístico incapaz de quantificar medidas de seu desempenho pode ter aplicação ao setor público.
- B É inviável aplicar no setor público ferramentas de governo eletrônico a partir de sistemas de gestão logística construídos com ferramentas empregadas na iniciativa privada.
- C A implantação de sistemas de compras integradas no setor público pode dificultar a transparência das compras governamentais, haja vista a redução da economicidade no setor.
- D O sistema logístico no setor público deve refletir uma administração adequada da movimentação de mercadorias, serviços e informações para a aquisição de produtos, mas inviabiliza o sentido prático da distribuição do produto final, uma vez que cada órgão faz suas próprias aquisições.
- E Na gestão da cadeia de suprimento para o poder público, o emprego do pregão eletrônico e a certificação digital podem ser considerados indicativos de um estágio avançado no emprego dessa ferramenta.

29. A NBR ISO 9001 estabelece procedimentos obrigatórios para:

- A Aquisição, treinamento, controle de produto não-conforme, ação preventiva, ação corretiva e auditorias internas.
- B Avaliação de fornecedores, controle de documentos, controle de registros, auditorias internas, controle de produto não-conforme e ação corretiva.
- C Ação corretiva, ação preventiva, controle de documentos, controle de produto não-conforme, controle de registros e auditorias externas.
- D Ação corretiva, ação preventiva, controle de documentos, controle de produto não-conforme, controle de registros e auditorias internas.

E Ação corretiva, treinamento, verificação de satisfação do cliente, ação preventiva, controle de registros e auditorias internas.

30. A abrangência da ética na administração questiona as relações das organizações com a sociedade em geral. NÃO está de acordo com essa afirmação:

- A o papel desempenhado por cada organização gera sempre um efeito qualquer na sociedade;
- B as organizações têm obrigações com todos que delas dependam;
- C as organizações estão focadas nos lucros que a sociedade possa gerar;
- D a ética estabelece a forma como as pessoas devem se comportar;
- E em suas relações, as empresas têm obrigações com seus empregados.

Noções de Direito Administrativo

31. Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados. Para isso, tais atos são divulgados em órgãos de imprensa, afixados em determinado local das repartições administrativas, ou, ainda, mais modernamente, expostos em site da Internet. Estamos falando do princípio administrativo expresso do(a):

- A eficiência.
- B publicidade.
- C mobilidade.
- D coercitibilidade.
- E segurança processual.

32. O regime jurídico de direito público sujeita a Administração pública à observância de normas, que abrangem regras e princípios. No que se refere à dinâmica de aplicação das referidas normas,

- A os princípios centrais previstos na Constituição Federal sobrepõem-se às regras, estas que têm hierarquia infraconstitucional.
- B as regras somente são válidas e eficazes se forem expressamente vinculadas a um princípio, sob pena de nulidade.
- C inexistente hierarquia material apriorística entre as regras e os princípios, não cabendo, contudo, ao administrador público decidir não cumprir uma lei por entendê-la em desacordo com os princípios.

D os princípios incidem em escala de preferência, sendo o da legalidade dotado de preferência e prevalência sobre os demais princípios que regem a Administração pública.

E a legislação vigente, ainda que infraconstitucional, se sobrepõe hierarquicamente em relação aos princípios previstos na Constituição Federal.

33. A Constituição federal no seu art. 38, XIX, permite à União, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, através de lei específica, criarem autarquia. A Administração Pública está dividida em Administração Pública Direta e Indireta. A alternativa que apresenta elemento que NÃO pertence à composição da Administração Pública Indireta é:

- A autarquia.
- B empresa privada.
- C fundação pública.
- D sociedade de economia mista.
- E empresa pública.

34. _____ é o conjunto de _____ que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma _____, das atividades administrativas do _____. Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, preenche as lacunas.

- A Administração Direta ... órgãos ... centralizada ... Estado
- B Administração Burocrática ... municípios ... centralizada ... Poder Executivo
- C Administração Gerencial ... cidadãos ... transparente ... País
- D Cidadania ... cidadãos ... descentralizada ... Poder Legislativo
- E Excelência nos serviços ... servidores ... descentralizada ... País

35. A Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92) prevê a aplicação de sanções àqueles que praticarem condutas caracterizadas como atos de improbidade. É sanção prevista na referida lei:

- A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por prazo de três a dez anos, a depender do tipo de improbidade cometida.
- B confisco de ativos, em montante correspondente ao quádruplo da lesão ocasionada ao erário.
- C pena privativa de liberdade, em regime de reclusão, de três a oito anos, a depender do tipo de improbidade cometida.

D perda da nacionalidade brasileira, para os agentes que forem brasileiros naturalizados.

E liquidação compulsória das empresas que se envolverem em atos de improbidade.

36. A Lei nº 8.429/1992 estabelece um regime de responsabilidade em razão de condutas qualificadas como “improbidade”. Tal regime de responsabilidade

A se sobrepõe ao regime disciplinar, de modo que, iniciada a responsabilização por improbidade, deve ser suspenso o processo administrativo disciplinar.

B é aplicável, ainda que não haja efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

C é de natureza civil, embora implique na aplicação de sanções privativas de liberdade.

D impõe a responsabilização objetiva para os agentes públicos que, por sua conduta, causarem prejuízo ao erário.

E não se aplica no tocante à proteção patrimonial das entidades de natureza empresarial mantidas ou controladas pelo Estado.

37. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

A Os regulamentos são atos administrativos voltados à fiel execução da lei e podem inovar no ordenamento jurídico.

B Portarias são atos administrativos enunciativos, por meio dos quais o ente público certifica um determinado fato ao público externo.

C São exemplos de atos negociais a autorização, a permissão e a licença.

D Atos ordinatórios são aqueles por meio dos quais a Administração impõe deveres aos particulares.

E Todos os atos administrativos são dotados do atributo da autoexecutoriedade e da máxima eficácia.

38. Quanto ao controle dos atos da Administração Pública, é correto afirmar que:

A a revogação do ato administrativo, por motivo de conveniência e oportunidade, não gera qualquer direito adquirido.

B não cabe ao administrador rever os seus atos, em virtude do princípio da legitimidade dos atos administrativos.

C em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

D não cabe ao Poder Judiciário fazer controle de legalidade, em virtude do princípio constitucional da separação dos Poderes.

E os atos da Administração não se sujeitam nem à prescrição nem à decadência.

39. Atribuída para os atos administrativos torna-os cogentes, obrigatórios para aqueles a quem se destinam, estabelecendo para estes, independentemente de qualquer concordância, obrigações que haverão de ser adimplidas. Assinale a alternativa que contenha o atributo do ato administrativo que corresponde ao enunciado:

A indisponibilidade.

B autoexecutoriedade.

C imperatividade.

D veracidade.

E legitimidade.

40. O poder hierárquico é um elemento importante na coordenação dos agentes incumbidos do exercício de determinadas funções estatais. Tal poder

A está presente também na relação entre o governador de um estado e os prefeitos dos municípios situados em seu território.

B pressupõe a faculdade de avocar e delegar atribuições, seja qual for a matéria envolvida.

C impõe o dever de obediência, ainda que manifesta a ilegalidade da ordem recebida.

D permite a revisão de ofício dos atos dos subordinados, seja por razões de mérito, seja por razões de legalidade, ressalvados eventuais limites impostos pela lei.

E explica a relação de controle que existe entre um ente da Administração Indireta e o órgão da Administração Direta responsável pela sua supervisão.

41. Sobre os deveres e poderes do administrador público, está correto afirmar que:

A o dever de eficiência é a exigência de que a atuação do administrador público esteja em consonância com os princípios da moralidade.

B o dever de probidade exige que o administrador público atue em benefício da coletividade e seus indivíduos.

C o poder vinculado é o poder que tem a administração pública para praticar certos atos em que é mínima ou inexistente sua liberdade de atuação.

D o poder regular é aquele conferido aos Chefes dos Poderes Legislativos.

E o poder hierárquico caracteriza-se pela inexistência de grau de subordinação entre os diversos órgãos.

42. A legislação prevê a inexigibilidade de licitação em caso de

- A coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis.
- B impossibilidade jurídica de competição entre os participantes.
- C compra de peças ou componentes durante o período de garantia.
- D compra de navios, embarcações e aeronaves.
- E compra de materiais de uso pelas Forças Armadas.

43. Analise as afirmativas abaixo.

I - Pregão é modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços é feita em sessão pública, por meio de propostas escritas de preços e lances verbais.

II - O pregão pode ser utilizado para a contratação de obras e serviços de engenharia, desde que não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00.

III - A fase preparatória do pregão se inicia com a convocação dos interessados.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A I, somente.
- B II, somente.
- C I e II, somente.
- D I e III, somente.
- E II e III, somente.

44. No contexto das contratações administrativas, constitui “fato do príncipe”

- A a cláusula do edital de licitação que permite à Administração revogar a licitação.
- B a rescisão unilateral do contrato, decorrente de conveniência administrativa.
- C a cláusula contratual que permite à Administração alterar unilateralmente o contrato.
- D o ato de autoridade pública, não relacionado com o contrato, que impacta no seu equilíbrio econômico-financeiro.
- E o evento de natureza interna, relacionado à gestão contratual, que dificulta ou impede a execução do ajuste pelo contratado.

45. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão à

- A autoridade que exarou a decisão impugnada, no prazo de cinco dias, a contar de sua ciência.

- B autoridade que exarou a decisão impugnada, no prazo de dez dias, a contar de sua ciência.

- C autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de dez dias, a contar de sua ciência.

- D autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de cinco dias, a contar de sua ciência.

- E Controladoria-Geral da União (CGU), no prazo de cinco dias, a contar de sua ciência.

Noções de Direito Constitucional

46. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B garantia do desenvolvimento nacional.
- C erradicação da pobreza.
- D intervenção.
- E autodeterminação dos povos.

47. De acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar.

- A As leis ordinárias serão aprovadas por maioria absoluta.
- B Em caso de relevância e urgência, o Chefe do Executivo poderá editar medida dispendo sobre partidos políticos e direito eleitoral.
- C As leis delegadas serão elaboradas pelo Congresso Nacional após delegação do Chefe do Executivo.
- D A emenda à constituição será aprovada por no mínimo um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- E A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

48. Quanto à hierarquia das normas, assinale a opção correta:

- A As normas da Constituição Federal produzidas pelo Poder Constituinte originário têm o mesmo nível hierárquico das leis complementares.
- B As normas da Constituição resultantes do Poder Constituinte originário são hierarquicamente superiores às normas da Constituição resultantes de emenda à Constituição.
- C Uma medida provisória tem menor status hierárquico do que uma lei ordinária.

D A lei complementar tem o mesmo status hierárquico da emenda à Constituição.

E O tratado internacional não tem o mesmo status hierárquico de uma emenda à Constituição.

49. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, previstos na Constituição Federal,

A a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

B nenhum brasileiro será extraditado, salvo o nato, em caso de crime de terrorismo, ou o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

C aos litigantes, em processos exclusivamente judiciais, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

D será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se assim preferir o ofendido ou o seu representante.

E ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

50. À luz do que disciplina a Constituição Federal sobre os direitos sociais,

A é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, nos termos da lei.

B ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

C é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

D a lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, exigindo-se, ainda, o registro no órgão competente, cabendo ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical para o cumprimento de sua finalidade.

E o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

51. É privativo de brasileiro nato o cargo de

A deputado federal.

B ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

C governador.

D ministro da Fazenda.

E oficial das Forças Armadas.

52. De acordo com o art. 14º da Constituição Federal de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

A assembleia nacional - referendo - iniciativa popular.

B plebiscito - eleição indireta - iniciativa popular.

C eleição indireta - eleição direta - assembleia nacional.

D plebiscito - referendo - iniciativa popular.

E plebiscito - eleição indireta - eleição direta.

53. Sobre o regramento constitucional relativo aos partidos políticos, analise as seguintes opções e marque a assertiva correta.

A É possível a criação de partido político que limite sua abrangência apenas a determinado Estado da federação.

B É vedado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.

C Para o funcionamento de partido político é necessário apenas seu registro junto ao Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

D Considerando que na lógica do regime democrático está implícita a soberania dos partidos políticos, é correto afirmar-se que é dispensável a estes a prestação de contas a qualquer órgão.

E A Constituição Federal possibilita aos partidos políticos utilizarem organização de caráter paramilitar.

54. Assinale a alternativa que apresenta os tipos de requisições que é competência privativa da União legislar em caso de perigo iminente e em tempo de guerra.

A Requisições ressarcíveis e irrecuperáveis.

B Requisições temporária e definitiva.

C Requisições pública e privada.

D Requisições urbana e rural.

E Requisições civil e militar.

55. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

A trânsito e transporte.

B política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

- C responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
D sistemas de consórcios e sorteios.
E organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

56. Quanto à acumulação remunerada de cargos públicos, a Constituição Federal determina que:

- A é vedada, em qualquer caso, a acumulação remunerada de cargos públicos.
B é permitida, como regra geral, a acumulação remunerada de cargos públicos.
C é possível a acumulação remunerada de até três cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
D é possível a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico, quando houver compatibilidade de horários.
E é possível a acumulação remunerada de todo e qualquer cargo ou emprego privativo de profissional de saúde, quando houver compatibilidade de horários.

57. Sobre o Presidente da República, é correto afirmar que

- A lhe compete, privativamente, nomear e exonerar o Vice-Presidente da República.
B no caso de impedimento, será substituído pelo Procurador Geral da República.
C exerce o Poder Executivo, auxiliado pelos Ministros de Estado.
D o mandato é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subsequente.
E não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.

58. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial conferida (atribuída) ao Tribunal de Contas da União,

- A restringe-se à Administração Pública Federal Direta.
B restringe-se à Administração Pública Federal, no âmbito do Poder Executivo.
C abrange toda a Administração Pública Federal Direta e Indireta.
D alcança toda a Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.
E abrange toda a Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal.

59. As alternativas a seguir apresentam alguns órgãos do Poder Judiciário, à exceção de uma. Assinale-a.

- A Supremo Tribunal Federal.
B Comissão Parlamentar de Constituição e Justiça.
C Conselho Nacional de Justiça.
D Tribunais dos Estados.
E Juízes Eleitorais.

60. Assinale a opção correta.

- A O servidor público pode exercer o direito de greve, independentemente de lei que o regule, desde que o movimento paredista não afete serviços essenciais do Estado.
B O servidor público tem o dever de se filiar à associação sindical correspondente à sua categoria.
C Todo o cargo público deve ser preenchido por meio de concurso público.
D A Constituição assegura ao servidor público a revisão geral anual de sua remuneração, sempre na mesma data.
E Nada impede que o servidor que se aposente hoje do serviço público acumule a aposentadoria com outro cargo público efetivo qualquer, desde que o conquiste por meio de concurso público.

Noções de Orçamento Público

61. O princípio orçamentário que determina que todos os órgãos autônomos da administração pública devem fundamentar-se em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e com método único é o da:

- A unidade
B anualidade
C exclusividade
D programação
E universalidade

62. Com relação ao orçamento público e aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A Em que pese a previsão constitucional do princípio da exclusividade orçamentária, é permitido que a LOA autorize previamente a abertura de operações de crédito.
B O princípio orçamentário da não vinculação da receita é integralmente previsto pela literalidade da Constituição Federal.

C De acordo com o princípio orçamentário da totalidade, deve-se evitar que dotações globais sejam inseridas na LOA.

D O princípio da equidade ressalta a função social do orçamento público, em que todos são igualmente responsáveis pelo financiamento dos gastos orçamentários.

E A lei orçamentária anual (LOA) não contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, em face do princípio da especificação.

63. A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá

A a política de investimento das empresas em que o Governo detenha a maioria do capital social com direito a voto.

B a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

C as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

D os recursos disponíveis para aplicação em despesa de capital

E os dispositivos de fixação da despesa e previsão da receita.

64. Em relação ao processo orçamentário, é correto afirmar:

A A lei do orçamento poderá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material ou serviços de terceiros.

B A lei do orçamento poderá ser aprovada posteriormente ao início do exercício financeiro a que se refere.

C A Lei das Diretrizes Orçamentárias deverá conter um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

D As emendas ao projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias podem ser aprovadas, mesmo que incompatíveis com o Plano Plurianual, se obtiverem pelo menos dois terços dos votos do Congresso Nacional.

E O projeto de lei orçamentária anual deverá ser aprovado inicialmente pela Câmara dos Deputados e depois pelo Senado, em sessões separadas.

65. Assinale a alternativa correta quanto à classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil.

A A receita pública é classificada em receitas correntes, de capital, orçamentária e extraorçamentária.

B Na receita extra orçamentária encontram-se as receitas tributárias, de contribuições e a patrimonial.

C A receita pública é classificada em receitas correntes e de capital.

D Nas receitas correntes têm-se as receitas de operações de créditos e de amortização de empréstimos.

E As receitas de transferências de capital, de serviços, patrimonial e industrial são chamadas de receita de capital.

66. A liquidação é uma fase do estágio da despesa orçamentária que resultará na

A obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

B redução de uma obrigação a pagar, por meio da emissão de uma ordem bancária em favor do credor.

C fixação de cotas trimestrais que cada unidade orçamentária poderá utilizar para realizar a sua programação de trabalho.

D redução de um ativo do ente público e o registro da respectiva despesa.

E verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios respectivos.

67. Constituem restos a pagar não processados as despesas que

A foram empenhadas, realizadas e pagas no exercício.

B foram empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício.

C foram empenhadas, mas não foram liquidadas e pagas no exercício.

D foram empenhadas e canceladas no exercício.

E não foram empenhadas no exercício.

68. Em relação às despesas de exercícios anteriores, analise as afirmações a seguir.

I. As despesas de exercícios anteriores somente poderão ser pagas se inscritas em restos a pagar.

II. Poderão ser pagos como despesas de exercícios anteriores os restos a pagar com prescrição interrompida.

III. O pagamento de despesas de exercícios anteriores é caracterizado como uma despesa extraorçamentária.

IV. Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, tais como aumentos salariais dos servidores com efeito retroativo ao exercício anterior, não poderão ser pagos como

despesas do exercício seguinte, devendo ser reclassificados como restos a pagar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A I.
- B II.
- C III.
- D I e III.
- E I e IV.

69. A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida determinados pela Constituição Federal e evidenciados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000). Assinale a alternativa correta:

- A União: 60% (sessenta por cento);
- B Estados: 50% (cinquenta por cento);
- C Municípios: 54% (cinquenta e quatro por cento).
- D Estados: 56% (cinquenta e seis por cento);
- E Municípios: 60% (sessenta por cento).

70. Conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é correto afirmar:

- A A renúncia de receitas não contempla a anistia, o subsídio e o crédito presumido.
- B Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- C A despesa total com pessoal ativo e inativo dos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 50% da receita corrente líquida.
- D É permitido consignar na lei orçamentária créditos com finalidades imprecisas ou com dotação ilimitada.
- E Os Municípios encaminharão as suas contas ao Poder Executivo da União, com cópia ao Poder Executivo Estadual, até o dia quinze de janeiro de cada ano.

Proposta de Redação

“OS DESAFIOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NO BRASIL EM CASOS DE PANDEMIA”

Texto de Apoio – “Se não morrer desse vírus, morro de fome”, diz ambulante de 65 anos. “Quer sorvete, meu filho?”, pergunta José Maria, de 65 anos, a todos os pacientes que entram e saem da Unidade de Pronto Atendimento da Lapa, na zona oeste de São Paulo. Abordado pela reportagem, ele ri e diz que está “até cansado” de tanto perguntar a mesma coisa —José trabalha como vendedor de sorvete no estacionamento do hospital há 30 anos. Parte do grupo de risco do covid-19, o vendedor afirma não ter medo de contrair a doença e que não lhe sobram muitas opções senão trabalhar todos os dias. “O que você quer que eu faça? Se não morrer desse vírus, morro de fome. Não posso parar de trabalhar”. O trabalho com vendas de sorvete rende a José, em média, R\$ 400 mensais “isso se o tempo estiver bom”. “Quando faz frio, aí já era, ninguém quer comprar. Agora está complicado: por causa desse vírus, as vendas caíram muito. O movimento aqui no hospital, também. Quero só ver como vai ser daqui para frente”, afirma. Por causa disso, o vendedor alterna o local das vendas todos os dias. Fica no hospital até as 14h e, a partir das 15h, faz suas vendas na Rua Cerro Corá, também na Lapa. “Fico andando para lá e para cá na Cerro Corá até a noite. Aí tento ganhar mais dinheiro”. Poucos meses atrás, o cearense intercalava a venda de sorvetes —hoje, os sabores que se aninhavam no carrinho eram açaí e graviola—, com o trabalho de pedreiro. No entanto, além de duas lesões no joelho, José descobriu esporão nos dois calcanhares. “A sensação é tipo pisar em um monte de espinho, dói muito. Não consegui mais trabalhar em obra”. Para caminhar, ele investiu R\$ 65 reais em um chinelo de borracha, ao qual ele acoplou um saltinho de plástico, na tentativa de amenizar a dor. “A gente vai dando um jeito, né, só não pode parar”.

A partir da leitura do texto de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Os desafios do isolamento social no Brasil em casos de pandemia”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

OBSERVAÇÕES:

1. A redação deverá conter, no mínimo, 20 linhas e, no máximo, 30 linhas.
2. Não copie os textos da prova, sob pena de ter a redação zerada.
3. Recomenda-se que a redação seja escrita em letra cursiva legível. Caso seja utilizada letra de forma (caixa alta), as maiúsculas deverão receber o devido realce.
4. Dê um título à redação.
5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:
 - 5.1. fugir ao tema e/ou gênero propostos;
 - 5.2. apresentar nome, rubrica, assinatura ou sinais que permitam a identificação do candidato;
 - 5.3. estiver em branco;
 - 5.4. apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas);
 - 5.5. for escrita em outra língua que não a portuguesa;
 - 5.6. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
 - 5.7. apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal;
 - 5.8. apresentar 7 (sete) linhas ou menos (sem contar o título);
 - 5.9. for composta por cópia de trechos da coletânea ou de quaisquer outras partes da prova;
 - 5.10. apresentar formas propositais de anulação como impropérios, trechos jocosos ou a recusa explícita em cumprir o tema proposto.

Folha – Redação

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Cartão-Resposta

01	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E	51	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E	52	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E	53	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E	54	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E	55	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E	56	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E	57	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E	58	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E	59	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E	60	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E	61	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E	62	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E	63	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E	64	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E	65	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E	41	A	B	C	D	E	66	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E	42	A	B	C	D	E	67	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E	43	A	B	C	D	E	68	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E	44	A	B	C	D	E	69	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E	45	A	B	C	D	E	70	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E	46	A	B	C	D	E	71	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E	47	A	B	C	D	E	72	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E	48	A	B	C	D	E	73	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E	49	A	B	C	D	E	74	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E	50	A	B	C	D	E	75	A	B	C	D	E

Gabarito – 1º Simulado

01	D	26	A	51	E
02	A	27	A	52	D
03	D	28	E	53	B
04	D	29	D	54	E
05	C	30	C	55	C
06	B	31	B	56	D
07	E	32	C	57	C
08	E	33	B	58	C
09	C	34	A	59	B
10	A	35	A	60	D
11	D	36	B	61	A
12	D	37	C	62	A
13	A	38	C	63	B
14	C	39	C	64	C
15	E	40	D	65	C
16	E	41	C	66	E
17	C	42	B	67	C
18	B	43	A	68	B
19	B	44	D	69	E
20	A	45	C	70	B
21	A	46	E	71	X
22	C	47	E	72	X
23	C	48	E	73	X
24	E	49	A	74	X
25	D	50	B	75	X